Destaque Rural Nº 394

21 de Outubro de 2026

PORQUÊ A AGRICULTURA É SECUNDARIZADA? UMA INTERPRETAÇÃO DE ECONOMIA POLÍTICA, COM ÊNFASE NOS CAMPONESES

João Mosca e Yasser Dadá[1]

1. INTRODUÇÃO

A agricultura e os camponeses[2] constituem o sector mais importante da economia moçambicana. Cerca de 66% da população reside em áreas rurais e a agricultura ocupa aproximadamente 70% da população activa. O sector agrário representou, a preços constantes, um valor estabilizado em torno de 23% do produto interno bruto entre 2015 e 2019[3]. O Inquérito Agrário Integrado (IAI) de 2020 recenseou cerca de 4,3 milhões de explorações agro-pecuárias, das quais 97,8% são pequenas e menos de 0,02% grandes[4]. O país mantém uma dependência estrutural e crescente de importações alimentares (arroz, trigo, carnes, lacticínios, vegetais e frutas). Essa dependência incide sobre bens para os quais o território reúne, à excepção do trigo, condições agro-ecológicas de produção interna.

Perante esta realidade coloca-se o desajustamento, que constitui o objecto deste texto: o sector que gera um quarto do produto nacional e ocupa a maioria da população activa recebe menos de 10% do Orçamento do Estado. Simultaneamente, apenas 6,9% das explorações declararam ter recebido informação dos serviços de extensão e 0,6% acederam a crédito. Designa-se por secundarização esta discrepância persistente entre o peso económico e laboral da agricultura camponesa, e a alocação efectiva de recursos públicos, crédito, capacidade institucional e atenção política.

A pergunta é a seguinte: por que razão a agricultura é sistematicamente secundarizada nas políticas agrária e económica, apesar de ser discursiva e constitucionalmente prioritária? A questão não é nova e, ao longo de mais de uma década, tem sido estudada

[1] João Mosca, Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural, com Agregação em Desenvolvimento Regional. Professor Catedrático jubilado. Actualmente é pesquisador do OMR. Yasser Arafat Dadá, Doutor em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, investigador e Director Executivo do Observatório do Meio Rural (OMR).

[2] Também designados por sector familiar ou pequenos produtores agrários. Neste texto utiliza-se o termo camponeses.

[3] Instituto Nacional de Estatística. (2021). Indicadores básicos de agricultura e alimentação. INE. Organização Internacional do Trabalho. (2024). ILOSTAT: emprego na agricultura - Moçambique. OIT.

[4] Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Instituto Nacional de Estatística. (2021). Inquérito Agrário Integrado 2020. MADER/INE.

pelos autores[5]. O contributo específico deste artigo reside na tentativa de reunir num único quadro interpretativo seis conjuntos de factores habitualmente tratados em separado e hierarquizar aqueles que se consideram determinantes.

Metodologicamente, trata-se de um ensaio interpretativo de economia política agrária, assente em três fontes: estatística oficial e inquéritos agrários nacionais; literatura sobre a economia agrária moçambicana e sobre a economia política do desenvolvimento; e observação directa realizada pelos autores[6]. O período de referência é o das cinco décadas de independência, com ênfase nas duas últimas, para as quais existe informação estatística comparável. A selecção das seis dimensões não obedece a um critério estatístico, mas deriva da sua recorrência na literatura, na observação directa e estarem inclusos nos planos onde o Estado faz reflectir a sua decisão de alocação de recursos e de poder. As secções 2 a 6 tratam, sucessivamente, os factores políticos, institucionais, económicos, ambientais e de género; a secção 7 sintetiza, hierarquiza e propõe uma matriz de interacções.

2. RAZÕES POLÍTICAS

Os camponeses constituem a maioria da população moçambicana e, nessa medida, o maior bloco eleitoral. Essa maioria não se traduz em poder proporcional: o povoamento disperso gera custos de acção colectiva que operam em quatro planos. Primeiro, a abstenção é mais elevada, por dificuldades de mobilidade e pela menor densidade de postos de votação. Segundo, os custos de organização e de reivindicação são mais altos: os custos de coordenação são muito superiores aos de um sindicato urbano ou de uma associação empresarial. Terceiro, a propaganda política encontra menor contraditório, favorecendo o partido com maior implantação territorial e controlo dos aparelhos administrativos locais. Quarto, a população rural tem menores níveis de escolaridade e de acesso a informação plural, sendo mais vulnerável à propaganda e mais exposta a acções de controlo e de repressão por parte das forças policiais.

[5] Mosca, J. (2011). Políticas agrárias de (em) Moçambique (1975-2009). Escolar Editora. Mosca, J. (2012). Porque é que a produção alimentar não é prioritária? (Observador Rural n.º 1). OMR. Júnior, A., Dadá, Y. A., e Mosca, J. (2014). Associações de pequenos produtores do Sul de Moçambique: constrangimentos e desafios (Observador Rural n.º 21). OMR. Mosca, J., e Dadá, Y. A. (2014). Bases para uma política agrária em Moçambique. Dadá, Y. A. (2017). Estratégias de produção camponesa (Observador Rural n.º 51). OMR. OMR. Dadá, Y. A., Nova, Y., e Mussá, C. (2019). Investimento público na agricultura: o caso dos centros de prestação de serviços agrários, do complexo de silos da Bolsa de Mercadorias de Moçambique e dos regadios (Observador Rural n.º 81). OMR. Mosca, J. (2023). A contra transformação estrutural agrária em Moçambique. OMR. Mosca, J., e Dadá, Y. A. (2023). Financeirização e extroversão agrária em Moçambique (Destaque Rural n.º 73). OMR. Dadá, Y. A., e Mosca, J. (2024). Alguns determinantes da produtividade agrícola em Moçambique (Observador Rural n.º 140). OMR. Mosca, J. (2024a). Moçambique mais subdesenvolvido: um revisitar teórico sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento (Observador Rural n.º 144). OMR. Mosca, J. (2024b). Multidisciplinaridade das causas e dos conflitos: o caso de Moçambique (Observador Rural n.º 152). OMR. Mosca, J. (2025). A história recente da agricultura moçambicana (Destaque Rural n.º 334). OMR.

[6] Audições não estruturadas realizadas pelos autores junto de produtores, comerciantes, extensionistas e quadros da administração agrária. Não constituem amostra probabilística.

O mecanismo é conhecido na literatura de economia política do desenvolvimento. Lipton designou-o por viés urbano: as decisões de política tendem a concentrar recursos onde a pressão organizada é mais intensa e menos onerosa de exercer, isto é, nas cidades. Bates demonstrou que, na África Subsaariana, a manutenção de preços agrícolas baixos e de mercados administrados é racional para coligações governantes cuja base de apoio é urbana e para as quais o controlo do excedente agrário constitui instrumento de poder e de distribuição de rendas[7]. A especificidade moçambicana não reside, por isso, na existência desse viés urbano, mas na sua combinação com um povoamento particularmente disperso e com uma estrutura económica de enclave (extractiva e exportadora) que dispensa o excedente agrário (principalmente de alimentos) como fonte principal de receita fiscal e de divisas.

Há indícios de que os diferenciais descritos se estejam a atenuar. A urbanização, a telefonia móvel e o alargamento da escolaridade reduzem o isolamento informativo do meio rural e a contestação social tornou-se mais frequente e organizada, incluindo em contextos rurais, como ilustram os protestos que se seguiram às eleições gerais de Outubro de 2024 e a resposta repressiva que suscitaram. Esta atenuação é aqui formulada como hipótese

3. RAZÕES INSTITUCIONAIS

O aparelho de Estado relacionado com a agricultura é, porventura, o mais centralizado entre os que tutelam sectores de actividade económica. A afirmação exige fundamentação. Em primeiro lugar, os salários dos extensionistas e a generalidade das rubricas de execução orçamental são processados pelo órgão central de tutela e não pelos governos provinciais ou distritais: o técnico de um distrito responde a uma cadeia de decisão que termina em Maputo. Em segundo lugar, as decisões relativas aos projectos de cooperação (objectivos, culturas, beneficiários, calendário e regras de aquisição) são tomadas entre o ministério e os financiadores, cabendo ao nível local a execução. Em terceiro lugar, os instrumentos de política com maior impacto directo no rendimento camponês (preços de referência, política cambial e aduaneira, crédito agrário e subsídios a insumos) são definidos a nível central, sem participação efectiva dos níveis provincial e distrital.

Decorrem daqui duas consequências. As prioridades locais não são incorporadas na programação, por falta de instância local com autonomia orçamental. A resposta a choques é lenta, porque depende de autorização superior num calendário que não é o agrícola. A centralização não é, em si, um problema; torna-se problema quando o sector, cujas decisões mais devem responder às condições locais, está sujeito a quem decide muito longe do local.

[7] Lipton, M. (1977). Why poor people stay poor: urban bias in world development. Temple Smith. Bates, R. H. (1981). Markets and states in tropical Africa: the political basis of agricultural policies. University of California Press. Wuyts, M. (1989). Money and the agrarian question: the Mozambique experience. Em Financing and economic development: a structural approach to monetary policy (pp. 233-261). Gower.

A esta centralização acresce uma elevada partidarização dos aparelhos administrativos, sobretudo aos níveis distrital e de posto administrativo, onde as funções de administração pública, de representação partidária e de intermediação comercial se sobrepõem. A combinação de centralização e partidarização produz ineficiências, défices de transparência e corrupção na implementação de políticas e de programas, tais como: na atribuição de licenças, na selecção de beneficiários e na adjudicação de fornecimentos. Muitos pequenos e médios agricultores lamentam este facto, embora dificilmente o denunciem formalmente, uma vez que dependem dessas mesmas estruturas para o acesso a insumos, a transporte e a mercados.

4. RAZÕES ECONÓMICAS

É no meio rural e entre os camponeses que a pobreza é mais intensa e, aspecto decisivo, são as províncias de maior produção agrária as mais afectadas. Por exemplo, as taxas de pobreza mais elevadas registaram-se em Niassa (60,6%), Nampula (57,1%) e Zambézia (56,5%), precisamente as províncias com maior número de explorações camponesas, enquanto a Província de Maputo apresentava 18,9%[8]. Esta correlação inversa entre produção agrária e bem-estar é a expressão directa da secundarização: produzir mais não se traduz em ser menos pobre, o que remete a explicação para a apropriação do valor produzido e não para a insuficiência da produção.

Cinco mecanismos concorrem para esse resultado: (1) baixa produtividade nas principais culturas; (2) rede de comercialização de cobertura espacialmente desigual e diferenciada por produto[9]; (3) termos de troca desfavoráveis aos bens primários; (4) actividades económicas locais com poucas interligações, o que facilita a transferência de recursos e de valor para os centros urbanos e para o estrangeiro; (5) menor incidência de emprego formal, salários mínimos inferiores aos dos restantes sectores[10] e maior peso das actividades informais.

A deterioração dos termos de troca dos bens primários face aos manufacturados foi formulada por Prebisch e Singer; a transferência de valor do campo para a cidade é o núcleo das teorias do viés urbano e da extracção do excedente agrário, de Lewis a Kalecki e, para Moçambique, de Wuyts[11]. Neste texto sustenta-se que, sem interligações a

[8] Instituto Nacional de Estatística. (2015). Relatório final do Inquérito ao Orçamento Familiar - IOF 2014/15. INE. Banco Mundial. (2018). Moçambique: avaliação da pobreza - inclusividade do progresso económico. Banco Mundial.

[9] Os bens produzidos sob contracto (*out grower*) têm a venda mais assegurada, sobretudo o algodão, o gergelim, o girassol e o tabaco. As empresas contratantes vendem sementes, prestam extensão a crédito, e adquirem a produção a preços previamente estabelecidos.

[10] O salário mínimo dos trabalhadores agrários é o mais baixo entre os salários mínimos sectoriais fixados anualmente (indústria transformadora, actividades mineiras, serviços, entre outros).

[11] Prebisch, R. (1950). The economic development of Latin America and its principal problems. Nações Unidas. Singer, H. W. (1950). The distribution of gains between investing and borrowing countries. American

jusante, o valor gerado não é retido no local e um local exportador de bens primários pode empobrecer.

A produtividade agrícola depende de um conjunto de factores técnicos bem estabelecidos: qualidade e maneio da terra; sementes ajustadas às características do solo, do clima e dos sistemas de produção[12]; fertilização e combate a doenças e pragas; colheita em tempo oportuno[13]; operações de primeira transformação e de armazenamento do produto.

Se a baixa produtividade é efeito da secundarização, e não a sua causa primeira, cada um destes factores deve ser lido como resultado de escolhas de política. A qualidade das sementes depende do financiamento à investigação e à multiplicação e certificação; o acesso a fertilizantes e pesticidas depende de política cambial, aduaneira e de crédito; a colheita oportuna depende de mão-de-obra e de equipamento; a primeira transformação depende de energia, de crédito e de escala mínima de agregação; é a sua persistência e não o desconhecimento técnico, que requer explicação política[14].

A transmissão destes conhecimentos depende de uma rede de extensão rural cuja eficácia pode ser estimada pela relação entre o número de produtores por extensionista, ponderada pela dispersão e pelos meios de transporte disponíveis. Em 2020, o alargamento da rede nacional fixou-a em cerca de 4.001 extensionistas, dos quais 3.451 técnicos de campo, para aproximadamente 4,3 milhões de explorações: uma média superior a mil explorações por técnico de campo[15]. A cobertura efectiva é menor nos distritos de pior acessibilidade e nos mais pobres.

A formação dos extensionistas deve incluir dimensões sociológicas e culturais que permitam adaptar as mensagens ao contexto local, escolhendo como primeiros receptores pessoas com influência reconhecida nas sociedades locais[16], que facilitem a disseminação subsequente.

Economic Review, 40(2), 473-485. Lewis, W. A. (1954). Economic development with unlimited supplies of labour. The Manchester School, 22(2), 139-191.

[12] Podem ser sementes melhoradas a partir de sementes locais ou multiplicadas em campos de experimentação e multiplicação, de material genético nacional ou importado.

[13] A colheita em tempo oportuno é importante para assegurar a qualidade, a durabilidade e o peso do produto.

[14] Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. (2011). Plano estratégico para o desenvolvimento do sector agrário - PEDSA II. MADER. Ver ainda a produção do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), do Michigan State University Food Security Group e os Trabalhos de Inquérito Agrícola (TIA).

[15] Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável. (2020). Alargamento da rede nacional de extensão agrária. MADER/FNDS.

[16] Estrutura social e de poder local: chefes das aldeias, instituições locais do Estado e do partido dominante e representantes das estruturas da sociedade tradicional.

A opção por técnicas intensivas em trabalho, viabilizada por salários baixos, reduz o incentivo ao investimento em capital e em tecnologia, sendo a mais-valia extraída sobretudo da mão-de-obra. O resultado é uma baixa competitividade dos bens agrários, tanto face às importações[17] como nos mercados de exportação.

Este argumento exige uma precisão. Escolher trabalho em vez de capital quando o trabalho é barato é racional em função dos preços relativos e não constitui, por si só, prova de secundarização. A tese aqui defendida tem dois passos. Primeiro, os preços relativos não são dados pelo mercado; resultam, em grande parte, de decisões de política: o salário mínimo agrário é fixado administrativamente (sempre esteve entre os mais baixos de todos os sectores) e o custo do capital reflecte uma política monetária restritiva[18]. Segundo, o equilíbrio é socialmente sub-óptimo porque é auto-reprodutivo: salários baixos impedem a acumulação e a formação de mercado interno; sem mercado interno não há escala que justifique o investimento; e sem investimento a produtividade mantém-se baixa. É a esta armadilha que o argumento se refere. Nestas condições, a maximização do lucro é obtida em contextos de mercados distorcidos (definição administrativa de preços, existência de oligopsónios[19], mercados informais e paralelos) e não pelo aumento da produtividade.

A comercialização é, em grande parte, a fonte do rendimento monetário dos camponeses. A venda de excedentes depende do volume produzido e do interesse comercial dos agentes nos bens a adquirir. Estes agricultores, em regra com deficientes infra-estruturas de armazenagem, o que implica perdas importantes de produção pós-colheita. O Inquérito Agrário Integrado de 2020 apurou perdas pós-colheita de 20,8% nos cereais, 13,5% no milho (com máximos de 29,4% em Maputo e 26,0% em Inhambane) e de 20,7% no arroz; o inquérito de 2023 situa as perdas entre 13% e 30%, segundo a cultura e a província[20].

A heterogeneidade dos agentes determina o preço recebido pelo produtor. Em muitos casos, os compradores são temporários, sem infra-estruturas locais, nem relação prévia com a comunidade, sem interesse em transacções repetidas, operando com margens elevadas em campanhas curtas[21]. No extremo oposto, comerciantes e pequenas indústrias locais, com instalações fixas, estabelecem relações duradouras e têm interesse na continuidade e na qualidade da produção. Subsistem poucas das antigas lojas comerciais que compravam produção e vendiam tecidos, alimentos não produzidos localmente, bicicletas, telemóveis, sementes e outros.

---

[17] Assim acontece, por exemplo, com o arroz, o milho, as carnes, os lacticínios, a fruta e os produtos frescos.
[18] Wuyts, M. (1989). Money and the agrarian question: the Mozambique experience. Em Financing and economic development: a structural approach to monetary policy (pp. 233-261). Gower.
[19] Mercados com muitos vendedores e poucos compradores.
[20] Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Instituto Nacional de Estatística. (2024). Inquérito Agrário Integrado 2023. MADER/INE. Observatório do Meio Rural. (2021). IAI 2020: vendas e perdas pós-colheita (Destaque Rural n.º 139). OMR.
[21] Trata-se geralmente de indústrias nacionais e de agentes exportadores sem transformação, o que facilita importações pouco transparentes e o comércio informal com os países vizinhos.

São poucos os comerciantes que acumularam e investiram na transformação de produtos locais, como a farinação de milho, a produção de rações para animais ou o descasque de arroz. Esta escassez é o elo que falta na cadeia: sem primeira transformação local, o produto sai em bruto, o valor acrescentado é apropriado fora e a economia local não desenvolve a procura que sustentaria o emprego não-agrícola.

As formas de mercantilização descritas estruturam a economia local em múltiplos oligopsónios locais e desarticulados entre si. A consequência não é apenas um preço baixo ao produtor; é a inexistência de mercado nacional integrado de bens alimentares, com preços fragmentados por distrito e campanha. Daí resultam incerteza elevada, desincentivo ao investimento e a ineficácia dos instrumentos de política que pressupõem a existência de um mercado integrado.

5. A DIMENSÃO AMBIENTAL: EFEITO E TERRENO DE MANIFESTAÇÃO DA SECUNDARIZAÇÃO

No caso do ambiente, a degradação ambiental não é a única causa da secundarização dos camponeses; é, simultaneamente, um seu efeito e o terreno em que ela se torna mais visível. A secundarização, mantendo a produtividade baixa e sem abrir alternativas de rendimento, empurra os camponeses para a extensificação e para a exploração directa dos recursos naturais; a degradação reduz a produtividade da terra e agrava a pobreza, realimentando o ciclo. É neste sentido que a dimensão ambiental integra o argumento da secundarização do campesinato.

Moçambique perde cerca de 267 mil hectares de floresta por ano, equivalentes a 0,79% da cobertura florestal e a cerca de 40 milhões de toneladas de emitidos de gases com efeito de estufa. A atribuição é reveladora: cerca de 86% do desmatamento anual é imputado à agricultura e cerca de 13% à exploração de combustíveis lenhosos e de madeira[22]. Os camponeses, porém, não devastam a floresta por opção: um sistema de produção sem fertilização, sem sementes adaptadas e sem crédito só mantém o rendimento encurtando o pousio e abrindo novas áreas. O crescimento demográfico em algumas zonas comprime a área disponível por família e encurta ainda mais o pousio, degradando os solos. A cadeia causal é esta, e não a inversa: é a redução da área e da fertilidade por família que produz práticas agressivas.

Soma-se um segundo processo, de natureza comercial e institucional: a emissão excessiva de licenças de corte, sobretudo de espécies de valor para a exportação e para a construção civil; o corte de madeiras preciosas por processos ilegais; e um esforço de reflorestamento muito inferior à área cortada, do que resulta redução líquida da área florestada. A distinção é decisiva para a política pública: o primeiro processo, exige a transformação dos sistemas de produção camponesa; o segundo processo, exige fiscalização, transparência e sanção.

[22] Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável. (2019). Estudo sobre o desmatamento em Moçambique. FNDS. Ministério da Terra e Ambiente. (2018). Inventário florestal nacional. MITADER.

A caça furtiva desequilibra as populações de fauna selvagem, com perda de valor cinegético e turístico que poderia ser fonte de rendimento local, e reduz o acesso à carne, elemento importante da dieta onde a proteína animal é escassa e não há rendimento para a adquirir. Reduz ainda, de forma importante, o papel das várias espécies na reprodução do ecossistema. Também aqui é a ausência de alternativas de rendimento que explica o comportamento, e não uma preferência pela ilegalidade,.

Na zona costeira, é a escassez de programas de reflorestação e de protecção do mangal que agrava os efeitos das chuvas, dos ventos e das marés. Os mangais, que cobrem cerca de 400 mil hectares, são a principal barreira natural contra a erosão costeira e a intrusão salina, e funcionam como viveiro das espécies de maior valor na pesca artesanal. A sua degradação concentra-se em torno de Maputo, Beira, Quelimane e Pemba e o país não dispõe de legislação específica de protecção[23]. Acresce a escassez de manutenção dos leitos dos rios, que agrava as cheias nas zonas agrícolas ribeirinhas, de maior potencial produtivo.

6. A DIMENSÃO DE GÉNERO: TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO AGRÁRIA

A divisão do trabalho segundo o sexo e a idade é determinante na organização da produção camponesa. As funções atribuídas às mulheres nos trabalhos agrícolas e no trabalho doméstico e de cuidados limitam a sua participação em funções económicas, sociais e políticas, sobretudo nas famílias rurais que vivem da actividade agrária. Os dados oficiais medem a assimetria: 90,2% das mulheres adultas praticam actividade agro-pecuária, contra 85,4% dos homens, e as mulheres eram 40,8% dos trabalhadores temporários contratados na campanha de 2019/2020[24]. As mulheres estão, portanto, mais presentes na produção familiar e menos na decisão e na apropriação do rendimento[25].

[23] Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural. (2017). Estratégia para a gestão integrada da zona costeira de Moçambique. MITADER.

[24] Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. (2022). Plano estratégico para o desenvolvimento do sector agrário - PEDSA 2030. MADER.

[25] Casimiro, I. (2014). Paz na terra, guerra em casa: feminismos e organizações de mulheres em Moçambique. Editora UFPE. Osório, C., e Cruz e Silva, T. (2018). Silenciando a discriminação: conflitos entre fontes de poder e os direitos humanos das mulheres em Pemba. WLSA Moçambique. Capaina, N. (2017). Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique (Observador Rural n.º 49). OMR. Arnfred, S. (2011). Sexuality and gender politics in Mozambique. James Currey. Boserup, E. (1970). Woman's role in economic development. Allen e Unwin.

7. SÍNTESE E CONCLUSÕES

A secundarização não resulta de um défice de diagnóstico técnico, nem de escassez absoluta de recursos. Resulta da inexistência de uma coligação de interesses cuja reprodução, económica ou política, dependa do aumento da produtividade camponesa.

No primeiro nível estão os factores políticos: explicam por que razão o diagnóstico não se converte em política. No segundo nível estão os mecanismos de transmissão (centralização e partidarização institucionais, distorção dos mercados de bens, trabalho e crédito) que convertem a ausência de prioridade política em resultados materiais (4,9% do Orçamento, 3,7% do crédito e 6,9% de cobertura da extensão). No terceiro nível estão os efeitos, que são também as manifestações mais visíveis: baixa produtividade, pobreza rural, degradação ambiental e sobrecarga desigual do trabalho feminino. Os três níveis são simultâneos e mutuamente reforçadores.

A afirmação de que nenhum destes factores pode ser analisado isoladamente é a tese metodológica dos autores. O Quadro a seguir propõe uma síntese dessa interdependência, identificando, para cada dimensão, o canal principal através do qual actua sobre as restantes dimensões.

Quadro: Canais de interacção entre as dimensões da secundarização

Dimensão	Canal principal de transmissão	Dimensões sobre as quais actua
Política	Alocação orçamental e de crédito; controlo territorial do voto	Institucional; económica
Institucional	Centralização da decisão e da execução; partidarização	Económica; ambiental
Económica	Preços relativos; oligopsónios; perdas pós-colheita; custo do capital	Ambiental; de género; política
Ambiental	Redução da fertilidade e da área disponível por família	Económica (produtividade); de género (tempo de trabalho)
De género	Divisão do trabalho; acesso desigual à qualificação	Económica (produtividade); política (participação)
Demográfica e territorial	Dispersão e densidade do povoamento	Política; institucional; ambiental

Fonte: elaboração dos autores.

O horizonte de uma estratégia de transformação agrária não pode ser inferior a duas décadas. Os ciclos de investigação, selecção, multiplicação e adopção generalizada de material genético levam, em regra, entre dez e quinze anos a produzir efeitos. Os regadios e as infra-estruturas de armazenagem e de acesso requerem prazos semelhantes de impacto. A formação de quadros técnicos e a consolidação de organizações de produtores exigem um ciclo geracional. A transição demográfica que aliviaria a pressão sobre a terra é ainda mais lenta. Nenhum destes processos é

compatível com um ciclo eleitoral, o que é, precisamente, parte da explicação da secundarização.

Três implicações se deduzem. A primeira, é que a prioridade não é produzir mais diagnósticos, mas alterar a estrutura de incentivos: descentralização de competências e de orçamento, vinculação a metas orçamentais e organização profissional dos produtores. A segunda, é que as dimensões ambiental e de género devem ser tratadas como variáveis produtivas e não como capítulos sectoriais separados. A terceira, é que importa testar duas proposições aqui formuladas como hipóteses: a atenuação dos diferenciais políticos entre o meio rural e o urbano; e a magnitude da transferência líquida de valor do meio rural, cuja quantificação daria ao argumento maior robustez.

É necessário integrar os camponeses na vida económica e nas funções políticas, transformando a sua base produtiva e apoiando a sua formação e organização profissional e corporativa, sem necessidade de filiações partidárias e sem coacção política ou económica.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

E-mail: office@omrmz.org
Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique